

Protocolo de pesquisa: o desafio do aprimoramento ético

Mary Lee dos Santos
Flávia Imbroisi Valle Errera
Roger Bongestab
Elisardo Corral Vasquez

Resumo O trabalho analisa protocolos de pesquisas no âmbito universitário submetidos nos últimos três anos ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (CEP/Emescam). Este CEP avalia 200 projetos/ano. Os dados foram restritos ao título dos projetos e número de sujeitos. Os achados foram agrupados conforme a Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). As pesquisas concentram-se nas categorias saúde do trabalhador; aleitamento materno, saúde materna e da mulher; adolescência, criança e idoso. Economia, indicadores de saúde, alta complexidade e ciência e tecnologia estão ausentes. Considerando que a preferência pela área temática advém da familiaridade com o tema, os dados levantados foram comparados com a experiência dos pesquisadores, registrada na Plataforma Lattes. Sabe-se que hoje as pesquisas são resultado dos esforços passados dos pesquisadores e conhecer o cenário atual da pesquisa acadêmica é importante para planejar o futuro da pesquisa em saúde no país.

Palavras-chave: Bioética. Comitê de ética em pesquisa. Sujeito de pesquisa.



Mary Lee dos Santos

Fisioterapeuta, especialista em Ética, mestre em Saúde Coletiva, doutoranda em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, professora universitária, coordenadora adjunta do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (CEP/Emescam), Espírito Santo, Brasil

Durante a formação acadêmica, os futuros profissionais de saúde são apresentados ao conhecimento técnico-científico, à evolução histórica do pensamento ético, às situações clínicas passíveis de múltiplas abordagens e àquelas para as quais existe consenso ético e legal estabelecido ¹. Essa abordagem ampla assegura sólida formação de base ética. É desse conhecimento global, reforçado pelo patrimônio moral do indivíduo, que se originam na prática profissional as decisões sobre microalocação e/ou destinação de recursos, seleção de candidatos para leitos hospitalares, para serviços de terapia intensiva e de alta tecnologia ou destinação de órgãos para transplantes. Em resumo, esses são os dilemas bioéticos que determinam o acesso aos serviços de saúde nos níveis individual e coletivo ².

A rotina diária das universidades mostra um estudante disposto a aprender o que é correto e que assimila com mais



Flávia Imbroisi Valle Errera
Bióloga, doutora em Ciências, área de atuação em Genética Humana, professora universitária, membro do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (CEP/Emescam), Espírito Santo, Brasil



Roger Bongestab
Médico, residente em Cirurgia Geral e pós-graduando em Terapia Nutricional, atua como médico em unidade de terapia intensiva, membro do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (CEP/Emescam), Espírito Santo, Brasil



Elisardo Corral Vasquez
Biomédico, *post doc*, área de atuação em Hipertensão, professor universitário e coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (CEP/Emescam), Espírito Santo, Brasil

facilidade a estrutura teórica das disciplinas quando percebe a sua aplicabilidade em boas decisões. Nesse ambiente, o professor influencia profundamente o processo de aprendizagem. Dessa forma, o profissional associado à área clínica passa credibilidade no saber prático, o que é de grande valor na transmissão do raciocínio ético. Por outro lado, professores da área clínica, em posições influentes e que não respeitam seus pacientes, prejudicam a formação ética dos estudantes ³.

Vale ressaltar a figura do monitor – geralmente um estudante de nível mais avançado –, que, embora acompanhe constantemente os estudantes sob sua tutela, não substitui a presença do responsável pela cátedra e, frequentemente, sua atuação pode reforçar comportamentos éticos primários e ineficazes. É comum que as questões éticas sejam abordadas de maneira informal e até mesmo cômica entre os estudantes, prática que geralmente não é reprimida pelos monitores, que se sentem igualmente desconfortáveis diante de tais situações. Conseqüentemente, é na prática da pesquisa acadêmica, requisito legal para a obtenção do diploma de terceiro grau no Brasil, que a relação entre estudantes e professores/orientadores/monitores e o paciente, na maioria das vezes transformado em sujeito de pesquisa ⁴, pela proximidade e maior disponibilidade, enfrenta os seus maiores desafios éticos ⁵.

A pesquisa nas universidades tem o potencial de revelar os rumos da pesquisa que será realizada nas próximas décadas no Brasil, tanto na prática clínica quanto na docência, pelos atuais estudantes quando, ao seu turno, assumirem a gerência do ensino e da assistência à saúde no país. Usualmente, os conceitos éticos aprendidos – ou ensinados – nos primeiros semestres dos cursos da área da saúde são questionados com maior rigor durante a realização dessas pesquisas. Tais conceitos se materializam nas exigências dos comitês de ética em pesquisa envolvendo seres humanos (CEP) ao tornar pública a relação risco *versus* benefício, bem como os

conflitos de interesse, além de estabelecer limites metodológicos claros e embasados em evidências para o estudo proposto. Neste cenário, são rotineiros os relatos de inconformação – por parte de pesquisadores, tanto estudantes quanto professores – com as práticas dos CEP, por sua vez reguladas pela Resolução CNS 196/96, que define a pesquisa no Brasil ⁶.

Embora louvável e necessário, o estímulo à pesquisa no âmbito acadêmico enfrenta dificuldades próprias, claramente definidas por Queiroz ⁷ e colaboradores como a lacuna entre as atividades de ensino, pesquisa e produção; a insuficiente correspondência entre os resultados gerados e as demandas da sociedade em relação aos problemas prevalentes de saúde; a concentração regional excessiva de grupos de pesquisa e dos sistemas de pós-graduação; e a baixa aplicabilidade dos resultados das pesquisas, quer pela sua incorporação nas políticas governamentais e nos serviços de saúde, quer na esfera industrial.

Uma vez que os formuladores de políticas públicas em saúde, bem como os responsáveis pelo delineamento das atividades acadêmicas de formação, pesquisa e extensão, almejam estimular a pesquisa nacional na área, é fundamental conhecer os rumos e o perfil dos estudos que se desenham a partir das atividades acadêmicas. Se a academia reflete a sociedade atual e não apenas uma parcela da mesma – tornando-se cada vez menos elitista e mais acessível –, espera-se que os anseios e necessidades sociais também se manifestem nos projetos de estudos realizados. Os proto-

colos incluem investigações feitas por alunos de iniciação científica, trabalhos de conclusão de graduação e pós-graduação, além daqueles desenvolvidos por professores/pesquisadores independentes. Embora muitas vezes essa investigação não ostente a complexidade metodológica e ética, que é a característica marcante das pesquisas clínicas realizadas no Brasil e no exterior, está sujeita à mesma legislação quanto se trata do voluntário de pesquisa, e deve obedecer a igual rigor científico.

Objetivos

O objetivo principal do presente estudo foi apontar soluções para o aprimoramento funcional do CEP, a partir de levantamento do perfil dos projetos submetidos ao comitê ao longo de três anos, a partir dos protocolos de pesquisa acadêmica. A pesquisa contemplou ainda objetivo secundário de caráter pedagógico, voltando-se a contribuir com seus achados na formação ética e científica da comunidade acadêmica da instituição de ensino superior na área da saúde na qual atua o referido CEP.

Método e resultados

O estudo foi realizado a partir do registro dos projetos de pesquisa submetidos ao CEP da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, instituição privada de caráter filantrópico, fundada em março de 1968. Voltada ao ensino superior na área da saúde, conta com aproximadamente 1.900 alunos matriculados e 250 professores.

O CEP/Emescam foi instalado em junho de 2005 e renovado em abril de 2008. Conta atualmente com 22 membros, distribuídos em quantidade igual quanto ao sexo. No que diz respeito à área de formação, dez são médicos, um biomédico, dois biólogos, um nutricionista, um químico-farmacêutico, um fisioterapeuta, um enfermeiro, um pedagogo, um representante da extensão, um pastor e dois representantes dos usuários. Em volume de projetos analisados mensalmente, é o segundo no estado e tem a tradição de receber para avaliação, além dos projetos submetidos pelos pesquisadores da própria instituição, também aqueles provenientes de outras instituições de ensino e assistência que não

dispõem de CEP institucional, bem como de pesquisadores autônomos.

A consulta rotineira à Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) ⁸, por si só, poderia contribuir para o direcionamento dos temas pesquisados, devido à maior ou menor facilidade de acesso às informações necessárias para a pesquisa, e por ser uma fonte de referências popular entre os estudantes da área da saúde. A Tabela 1 mostra a percentagem de distribuição dos protocolos de pesquisa avaliados por área de concentração, tendo como base a classificação adotada pela BVS. Todas as informações aqui apresentadas foram obtidas da folha de rosto que acompanha cada um dos projetos submetidos.

Tabela 1. Classificação dos temas pesquisados com base nos critérios da BVS

Temas	>10%	10%-5%	<5%	Nenhum projeto
Saúde do trabalhador	12%			
Neurologia	11%			
Aleitamento materno e saúde materna e da mulher		10%		
Saúde do idoso		9%		
Adolescência e criança		8%		
Risco cardiovascular e hipertensão arterial		7%		
DST e Aids, sexualidade		7%		
Saúde pública		5%		
Enfermagem			4%	
Nutrição			4%	
Endocrinologia			4%	
Saúde mental			3%	
Traumato, orto e recursos de fisioterapia			3%	
Controle de câncer			2%	

Continua

Continuação da Tabela 1

Outros*			2%	
Doenças infecciosas e parasitárias			2%	
Cirurgia PO			1%	
Saúde do atleta			1%	
Dermato			1%	
Cuidados intensivos			1%	
Asma e pneumopatias			1%	
Toxicologia			0,7%	
Humanização			0,7 %	
Medicina forense			0,7%	
Saúde suplementar			0,3%	
Nefrologia			0,3%	
Atenção primária à saúde				x
Economia da saúde				x
Indicadores de saúde				x
Alta complexidade				x
Ciência e tecnologia				x
Participação e controle social				x
Vigilância em saúde				x

*Outros: estudos de avaliação de serviço e outros temas não classificados na BVS.

No período estudado, que compreende os anos de 2005 a 2008, foram submetidos ao CEP 502 projetos (com média anual de 200 protocolos), dos quais 70% representam pesquisas da própria instituição de ensino. Neste grupo, 60% são trabalhos de conclusão de curso de graduação e iniciação científica, 20% pós-graduação e 10%, pesquisas sem participação de estudantes. A maioria dos estudos (90%) está classificada como grupo III (fora da área temática especial) segundo a classificação adotada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep); 60% são do tipo

prospectivo e 30%, retrospectivo. Quanto ao número de sujeitos envolvidos, os registros indicam a previsão de participação de 64.746 indivíduos (média anual de 25.000 voluntários de pesquisa), dos quais 15.141 (23%) incluíam-se nos grupos especiais, tal como definido na versão outubro/99 da folha de rosto do formulário padronizado para registro de pesquisa no Sistema Nacional de Informação sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (Sisnep), a saber: menores de 18 anos; portadores de deficiência mental; embrião/feto; indivíduos submetidos à relação

de dependência (vulnerabilidade), como estudantes, militares, presidiários; e outras condições nas quais se classificam as comunidades indígenas e minorias étnicas, grupos vulneráveis portadores de doenças e residentes em instituições de longa permanência.

O impacto social do número de sujeitos estudados nos projetos de pesquisa submetidos ao comitê durante aquele período é melhor compreendido quando esse total é comparado a dados demográficos, que revelam que 73% dos municípios brasileiros possuem até 20.000 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ⁹. É importante traçar tal paralelo porque demonstra a abrangência da atuação do CEP/Emescam, permitindo inferir em decorrência também a dimensão do sistema CEP/Conep. No caso do CEP analisado neste estudo, a quantidade estimada de participantes em projetos de pesquisa avaliados corresponde a aproximadamente a população de um município, somente em números de voluntários provenientes de *população vulnerável*. Acrescente-se a isso o fato de que a maioria dos sujeitos de pesquisa são usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Considerou-se igualmente relevante analisar a familiaridade dos pesquisadores com o tema abordado na pesquisa, buscando entender se as dificuldades encontradas na apresentação de projetos de estudos acadêmicos estão relacionadas ao domínio do assunto pesquisado. Por isso foi analisada, também, a coerência dos projetos com a área de formação e atuação do pesquisador proponente. Tomou-se

como base o registro público, no site da instituição, dos projetos aprovados no ano de 2008 e após análise de frequência dos dados relativos à formação e produção científica do pesquisador responsável.

Discussão

Constatou-se que 78% dos pesquisadores-orientadores concentravam os trabalhos na própria área de atuação ou de formação, caracterizando efetivamente maior domínio sobre o tema abordado na pesquisa. Este resultado torna-se mais significativo quando se observa que dentre os pesquisadores restantes, 12%, embora não registrem produção científica, têm formação na área pesquisada. Disso se pode depreender que as dificuldades encontradas pelos pesquisadores na submissão de projetos ao CEP não decorrem de desconhecimento da temática tratada.

Entre as causas detectadas para a não aprovação (não aprovação ou pendência) encontram-se as inadequações técnicas (preenchimento errado da folha de rosto disponibilizada no portal do Ministério da Saúde), que respondem por 40% das não aprovações. Os erros de encaminhamento (classificação inadequada do projeto, por exemplo, utilização de formulário de encaminhamento específico para projeto *retrospectivo* para submissão de estudos *prospectivos*, e/ou vice-versa) representam 20%. Outras causas compreendem ainda a fundamentação teórica insuficiente (20%); metodologia inapropriada (30%); erros (ou dúvidas) no cronograma (40%) e necessidade de adequação do termo

de consentimento livre e esclarecido (TCLE), que corresponde a 80% do percentual de não aprovação.

A inadequação metodológica corresponde a aproximadamente 30% das causas de não aprovação e pendência dos projetos submetidos. É notória a necessidade de aprimoramento, principalmente no delineamento experimental da maioria dos protocolos de pesquisa acadêmica. Esse aspecto se revela significativo na seleção e cálculo da amostra, que são parâmetros críticos na avaliação ética do estudo proposto, uma vez que se relacionam diretamente com a atuação do voluntário na pesquisa.

Essa situação pode ser justificada pela pouca experiência da comunidade acadêmica, especialmente em cursos superiores de instituições privadas, que tradicionalmente não se dedicam à pesquisa. O panorama se agravou a partir da compreensão de que o ensino acadêmico deve se fazer acompanhar pela pesquisa científica, sendo esta, inclusive, um dos critérios que mais influencia a avaliação das instituições de ensino superior por parte do Ministério da Educação (MEC). Como consequência, os CEP passaram a receber maior volume de projetos e a atender grande quantidade de pesquisadores das mais variadas áreas. Como integrantes do CEP/Emescam e avaliadores dos produtos gerados por essa demanda, consideramos que grande parte dos projetos apresentados se deve mais à necessidade legal de atender ao requisito para trabalhos de conclusão de curso (TCC), exigido pelo MEC, do que propriamente à motivação científica inata, voltada à produção do conhecimento na área da saúde.

Parcela considerável dos projetos, cerca de 30%, não atende as pendências relatadas nos pareceres consubstanciados no prazo estabelecido de 60 dias. Por esta razão, foi realizada uma pesquisa de opinião entre os responsáveis por tais estudos, sobre os motivos de sua insolvência junto ao CEP. Esse estudo suplementar mostrou duas justificativas mais frequentes para essa condição. A primeira delas refere-se à desistência dos estudantes em levar adiante o projeto, o que decorre, muitas vezes, da falta de tempo hábil para iniciar e concluir a pesquisa nos prazos estabelecidos pelas diferentes disciplinas. A segunda razão apontada, relacionada a esta, refere-se à dificuldade em relação ao cumprimento dos prazos, denotando, também, a pouca familiaridade dos pesquisadores com a rotina e cronograma do CEP para o atendimento das pendências.

Considerando os resultados obtidos da análise das duas primeiras variáveis, o fato de os pesquisadores serem afeitos à área na qual apresentam os projetos ao CEP e as principais causas de não aprovação dos mesmos, pode-se deduzir que a maioria dos erros administrativos ocorre por falta de informação e, eventualmente, de leitura da Resolução CNS 196/96 ⁶. Apesar da publicação das normas e dos formulários, assim como da forma de preenchimento dos documentos necessários no site da instituição, os erros são comuns, levando ao prolongamento do prazo para aceitação, o que, algumas vezes, constitui obstáculo para a realização do projeto e, portanto, implica na necessidade do pesquisador responsável alterar o cronograma originalmente proposto.

Considerações finais

Para minimizar os problemas apontados pela pesquisa, o CEP realiza ações de divulgação entre os diversos departamentos e cursos da instituição, a intervalos regulares. A divulgação dos critérios estabelecidos pela Resolução CNS 196/96, relativos às diversas etapas de realização de projetos de pesquisa e à apresentação dos documentos necessários para sua submissão, são objeto dessas ações educativas regularmente promovidas pelo CEP/Emescam. Tais atividades são realizadas em conjunto com a Coordenação de Trabalhos de Conclusão de Curso (CTCC), e envolvem tanto os cursos de graduação quanto os de pós-graduação, as disciplinas de Metodologia da Pesquisa Científica e suas correlatas, como os projetos de pesquisa e de extensão. A renovação constante dos alunos e a exigência de realização dos trabalhos, no entanto, impõem uma demanda incessante de ações educativas continuadas, as quais, dificilmente, o CEP tem condições de corresponder.

Apesar da Resolução CNS 196/96 apresentar um roteiro básico a ser seguido pelos pesquisadores nacionais, os achados de pesquisa permitem inferir que nem sempre essas informações são satisfatoriamente entendidas pelos pesquisadores. Pensando nisso e na necessidade de efetivamente divulgar e informar sobre as exigências, prazos e processos de trabalho do CEP/Emescam, o comitê planeja alterar o seu modelo de parecer consubstanciado para incluir e dispor em cada ponto de análise a que item da Resolução 196/96 o

mesmo se refere. Essa providência é uma tentativa – didática – de orientar os autores de projetos de pesquisa sobre os requisitos éticos mínimos para aprovação dos seus estudos e, ao mesmo tempo, aproximar a comunidade acadêmica das condições ideais, estabelecidas nos termos da resolução.

Com essa providência espera-se sedimentar a pesquisa na universidade nos termos da Resolução CNS 196/96 e propiciar a discussão responsável e madura sobre a utilização de seres humanos como voluntários de pesquisa, eliminando os argumentos *engessados* de que *a análise ética atrapalha a pesquisa*¹⁰. Para tanto, é necessário que todos os envolvidos, pesquisadores, membros dos CEP, voluntários, associações de pacientes, professores, estudantes e instituições estejam suficientemente familiarizados com as normas brasileiras, pautando, rotineiramente e de forma consciente, suas propostas de estudos nos preceitos que elas estabelecem. Assim, a partir de suas experiências individuais, construídas sobre uma mesma base comum, podem contribuir efetivamente na construção de um conhecimento coletivo, científico e ético, com profunda relevância social.

O resultado da análise realizada no presente estudo pelo CEP/Emescam revela a necessidade e a oportunidade dos CEP de instituições acadêmicas avaliarem sistematicamente sua conduta e resultados, visando fortalecer o sistema CEP/Conep e, principalmente, a proteção dos voluntários da pesquisa científica na área da saúde. A medida educativa a ser implementada pelo

CEP/Emescam no modelo do parecer, apresentada neste artigo, é um exemplo de aplicação direta de tais estudos, que podem

contribuir – efetivamente – para o aprimoramento do mecanismo de controle ético da pesquisa no Brasil.

Resumen

Protocolos de investigación: el desafío del perfeccionamiento ético

El documento analiza los temas y asuntos de la investigación en la universidad en los últimos tres años enviados al *Comitê de Ética em Pesquisa* (Comité de Ética en Investigaciones) de la Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (CEP/Emescam). El CEP evalúa 200 proyectos por año. Los datos se limitan al título y el número de voluntarios. Los resultados fueron agrupados de acuerdo a la *Biblioteca Virtual em Saúde* (Biblioteca Virtual en Salud). Los estudios se centran en las categorías salud ocupacional; la lactancia de salud materna, los adolescentes y la salud infantil y de adultos. Economía, indicadores de salud, alta complejidad y ciencia y tecnología están ausentes. La elección de la materia puede ser debida a la familiaridad, por lo tanto se hizo comparación con la experiencia previa de los investigadores, registrados en la Plataforma Lattes. La investigación de hoy es el resultado de esfuerzos anteriores de los investigadores. Conocer la investigación académica es importante para planificar el futuro de la investigación en salud en el país.

Palabras-clave: Bioética. Comité de ética en investigación. Sujetos de investigación

Abstract

Research protocol: the challenge of ethical improvement

The investigation analyses the research protocols at the academic sphere subordinated, during the last three years, to the *Comitê de Ética em Pesquisa* (Ethic Committee in Investigation) at the *Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia* (Superior School of Science) from Vitória (CEP/Emescam). This CEP evaluates 200 projects/year. The information was restricted to the title of the projects and number of individuals. The discoveries were organized based upon the BVS model (Biblioteca Virtual de Saúde). The researches concentrate in the categories: labor's health, breast-feeding, mother's and women's health, teenagers, children and elders. Economy, health indicators, high complexity, science and technology are absent. Considering that the preference for the thematic area comes from the conversance with the object of the study, the

resulting information was compared with the experience of the researchers, registered at the Plataforma Lattes. It's known that the combined effort of the past researchers resulted in today's scientific production, and therefore it is important to understand the actual tendencies in the academic investigation as to properly plan the future efforts in health care studies in the country.

Key words: Bioethics. Ethics committee. Human research subjects.

Referências

1. Bauman SM. Clinical ethics: what's law got to do with it? *Arch Fam Med* 1999; 8(4):345-6.
2. Sauwen RF. *Direito in vitro: da bioética ao direito*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris; 2000.
3. Singer PA, Pellegrino ED, Siegler M. Clinical ethics revisited. *BMC Medical Ethics* [online] 2001 [acesso 16 Abr 2010];2: 1. Disponível: <http://www.biomedcentral.com/1472-6939/2/1>.
4. Slawka S. O termo de consentimento livre e esclarecido e a pesquisa em seres humanos na área de saúde: uma revisão crítica. [Dissertação] São Paulo: Universidade de São Paulo/ Faculdade de Medicina; 2005.
5. Health and human rights: a call to action on the 50th anniversary of the Universal Declaration of Human Rights. The Writing Group for the Consortium for Health and Human Rights. *JAMA* 280(5):462-464, 469-70.
6. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Resolução n.º 196/96. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. [online]. Brasília: Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde; 1996 [acesso 16 Abr 2010]. Disponível: <http://www.ufrgs.br/bioetica/res19696.htm>.
7. Queiroz SRR, Bonacelli MBM, Mello DL, Jolo FS. O CNPq e o sistema de inovação em saúde no Brasil: uma análise a partir dos grupos de pesquisa do setor saúde. In: *Memória do 22º Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica*; 2002 Nov 6-8; Salvador [CD-ROM]. São Paulo: Núcleo de Política e Gestão Tecnológica da Universidade de São; 2002.
8. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual de Saúde [online]. [acesso Abr 2010]. Disponível: <http://bvsm.sau.gov.br>.
9. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico*. Brasília: IBGE/Diretoria de Pesquisas/Departamento de População e Indicadores Sociais; 2000.
10. Hossne WS. O poder e as injustiças nas pesquisas em seres humanos. *Interface Comun Saúde Educ* 2003;7(12):55-70.

Recebido: 31.12.2009

Aprovado: 10.4.2010

Aprovação final: 16.4.2010

Contatos

Mary Lee dos Santos – *mary.santos@emescam.br*

Flávia Imbroisi Valle Errera – *flavia.errera@emescam.br*

Roger Bongestab – *rogerbongestab@yahoo.com.br*

Elisardo Corral Vasquez – *elisardo.vasquez@emescam.br*

Mary Lee dos Santos – Av. Des. Cassiano Castelo 70, Manguinhos CEP 29173-037. Serra/ES, Brasil.